

OPINIÃO

ANTÓNIO COSTA

Director
antonio.costa@economico.pt
twitter.com/AC_AntonioCosta



Estamos condenados às fraudes bancárias?

Carlos Costa foi o primeiro dos 'convidados' da comissão parlamentar de inquérito ao caso GES/BES e, talvez surpreendentemente, não deu uma 'cacha', nenhuma notícia em primeira-mão que faça mudar o curso desta história. E isso é notícia, talvez pelos piores motivos.

O governador do Banco de Portugal foi, basicamente, recapitular a sua história, e até é fácil acreditar no que disse. Foi o mais intrusivo dos governadores, gostava de ter forçado Ricardo Salgado a sair de cena muito mais cedo e gostava de ter tido tempo para não ser obrigado a recorrer à resolução do BES. E, no limite, pode dizer, como diz, que cumpriu o que lhe é cometido por lei: defender os depositantes e a estabilidade do sistema. Pensemos por um segundo... É verdade, mas, e o diabo está no 'mas'. A que preço? Sabemos o que custou, ainda não sabemos o que vai custar.

Apesar de dezenas de cartas, auditorias internas e externas e tantas e tantas entrevistas e reuniões na sede do Banco de Portugal, não foi suficiente para impedir a destruição de um banco, a perda de milhares de milhões em bolsa, a perda de credibilidade do país e até os efeitos económicos ainda por apurar.

Carlos Costa argumenta, desde logo, com a impossibilidade de forçar a saída de Ricardo Salgado em tempo útil, quando percebeu que precisava de mudar a administração do BES. Simplesmente porque não quis arriscar. A lei dá-lhe o poder que diz precisar, como deu quando forçou a saída em Julho. Foi com a mesma lei. É claro que ninguém poderá afirmar, sem margem para erro, qual teria sido a consequência para o BES e para o país se Salgado tivesse saído em Março. Provavelmente, não teria havido veículos e a garantia à Venezuela. Menos 1,5 mil milhões de euros nos prejuízos históricos do BES.

Qual é, então, a má notícia? Estamos condenados a viver com o risco de novos casos BES? Depois de ouvir Carlos Costa durante horas, no mínimo, desconfio da capacidade da supervisão para evitá-los. O Governador revelou um sentimento de impotência e os novos poderes não parecem ser suficientes para resolver isto. ■

PS: O líder português da PSA/Citroën, Carlos Tavares, afirma em entrevista ao Económico, que se o país mudar de direcção a cada seis meses, dificilmente conseguirá captar investimento, nem das empresas que já cá estão, nem das que estão à procura de localizações para os seus projectos. Pedro Passos Coelho e, sobretudo, António Costa deveriam ouvir Carlos Tavares com atenção. Porque ele decide investimentos. O Governo que se seguirá não precisa de mudar tudo apenas para marcar o ponto, deve até no limite manter algumas orientações com as quais não concorda se foram decisivas para captar investimento.